Art. 8.º O serviço de exames do 2.º grau é obrigatório, mas remunerado, para todos os professores efectivos que tenham estado ao serviço no mês de Julho.

§ 1.º Serão dispensados os professores que, por motivo de serviço de exames nos respectivos liceus ou escolas, não possam comparecer às horas designadas para dar começo aos exames do 2.º grau.

§ 2.º Este serviço é considerado independente de qualquer outro, e os professores nomeados para a presidência de júris só tem direito às gratificações estipuladas por este decreto.

Art. 9.º Para a presidência de júris dos exames do 2.º grau serão nomeados professores efectivos dos liceus e das escolas de ensino normal, bem como os inspectores de círculo, em harmonia com as necessidades do serviço; e, na falta de professores efectivos, os professores dos mesmos estabelecimentos de ensino que tenham prestado serviço no corrente ano lectivo, sempre que convenha ao serviço.

§ 1.º Nas localidades onde houver liceu ou escola de ensino normal só poderão presidir aos exames professores doutros liceus ou escolas quando não façam falta para idêntico serviço nas terras onde tenham a sua residência habitual, ficando, naquele caso, considerados para todos os efeitos como residentes na localidade onde venham a prestar serviço de exames.

§ 2.º Os presidentes nomeados para localidades onde não haja liceu terão direito ao abono das despesas de transporte desde a localidade do liceu mais próximo, devendo transportar-se pela via mais curta e mais económica.

§ 3.º Os professores que, por motivo de doença ou serviço oficial, não possam presidir aos exames nos dias que lhes forem designados, deverão comunicá-lo imediatamente à Repartição Pedagógica de Instrução Primária e Normal e ao inspector do círculo escolar respectivo, a fim de serem substituídos.

Art. 10.º Os professores efectivos de ensino primário de todas as escolas da República, findo o serviço escolar em 31 de Julho, continuarão na respectiva sede até 15 de Agosto, e às ordens dos inspectores escolares, não se podendo recusar ao serviço de exames do 2.º grau, que, para todos os efeitos, é obrigatório.

§ 1.º São porém dispensados e considerados como em gozo de licença os professores que aleguem qualquer impedimento legal devidamente comprovado.

§ 2.º Quando, até 15 de Agosto, não tenham sido nomeados para o serviço de exames, os professores poderão imediatamente entrar no gozo de férias.

Art. 11.º Os vogais dos júris de exames do 2.º grau serão escolhidos entre os professores primários oficiais que, pela sua competência e probidade, melhor possam contribuir para o bom serviço dos exames.

§ 1.º Os inspectores dos círculos escolares devem enviar até 10 de Julho, à Repartição Pedagógica de Instrução Primária e Normal, uma nota dos professores em circunstâncias de ser nomeados.

§ 2.º A nomeação dos vogais recalará, em regra, em professores da sede do concelho onde haja exames, ou das freguesias mais próximas, embora doutro concelho, atendendo sobretudo à facilidade e economia de transporte, e até a conveniência dos próprios professores, sem prejuízo, todavia, da disciplina e da competência profissional.

§ 3.º Os vogais nomeados, quando tenham residência fora da localidade onde se realizem os exames, só serão avisados do dia para a sua comparência, quando o inspector do círculo tenha conhecimento directo do dia em que o presidente poderá iniciar o serviço.

Art. 12.º Os exames do 2.º grau efectuar-se hão por conta do Estado em todas as sedes dos círculos escolares.

§ 1.º As câmaras municipais fornecerão todos os artigos de expediente para o serviço de exames, os edificios ou escolas onde se possam realizar, ficando também a seu cargo o pagamento aos serventuários absolutamente necessários para o policiamento e limpeza dos locais dos exames; e, nas localidades onde haja serventes privativos das escolas primárias, os inspectores de círculo solicitarão das câmaras municipais o número suficiente de empregados, não devendo, porém, ser distribuído a cada um deles serviço diário por tempo superior àquele que ordinariamente são obrigados a prestar nas respectivas escolas.

§ 2.º As fôlhas das despesas de expediente, quando este não seja fornecido directamente pelos municípios, serão remetidas, em seguida aos exames, às respectivas câmaras municipais, para serem satisfeitas pela verba orçamental consignada na alínea g) do artigo 1.º do decreto n.º 137, de 29 de Outubro de 1913, salvo quando se verificar que esta verba é insuficiente para o seu integral pagamento, devendo neste caso a diferença ficar a cargo do Estado.

§ 3.º As fôlhas de despesas e gratificações aos membros dos júris serão processadas e enviadas pelos inspectores dos círculos, durante o mês de Setembro, à Repartição Pedagógica de Instrução Primária e Normal e por esta remetidas, depois de verificadas, à competente repartição de contabilidade, para se efectuar o pagamento.

Art. 13.º Também poderão ser autorizados exames nos concelhos que não sejam sede do círculo, quando o número de examinandos for superior a quinze, desde que as câmaras o solicitem até 15 de Julho à Repartição Pedagógica de Instrução Primária e Normal, assumindo a responsabilidade pela metade das despesas a efectuar, com os respectivos júris.

§ 1.º O pedido deverá ser acompanhado duma relação nominal dos alunos propostos para exame.

§ 2.º Estes exames terão começo em dias oportunamente designados, devendo os inspectores fazer o competente aviso às Câmaras, pelo menos, com dois dias de antecedência.

§ 3.º A nomeação dos presidentes para estes júris será, com a devida antecedência, comunicada directamente aos nomeados, e aos inspectores, quando estes não sejam os nomeados.

Art. 14.º As provas dos exames do 2.º grau começarão no dia 1 de Agosto, em todas as sedes dos círculos escolares.

§ 1.º Os júris, tanto para os examinandos do sexo masculino como para os do sexo feminino, serão constituídos pelo presidente e por um professor e uma professora de ensino primário.

§ 2.º Nas localidades onde o número de examinandos seja diminuto ou haja conveniência para o serviço, um só júri servirá para os examinandos dos dois sexos.

§ 3.º Quando o número dos examinandos for bastante elevado, funcionarão ao mesmo tempo, mas separadamente, júris para alunos do sexo masculino e para alunos do sexo feminino.

§ 4.º Os alunos serão chamados a exame segundo a ordem da sua inscrição na pauta, e nesta devem figurar, em primeiro lugar, os das freguesias mais afastadas da sede, de forma que, em cada dia, façam exame, sendo possível, alunos da mesma freguesia.

§ 5.º Os candidatos residentes nas sedes dos círculos e dos concelhos onde haja exames serão os suplentes.

§ 6.º Os requerimentos para antecipação nas provas dos exames devem ser dirigidos ao inspector do círculo e apresentados nas respectivas inspecções até a véspera da marcação das pautas, cabendo ao inspector a sua resolução, sem prejuízo do serviço.

§ 7.º Os inspectores de círculo deverão, salvo caso de impossibilidade, avisar os professores que não residam na sede, do dia em que os seus alunos serão chamados a exame.

Art. 15.º Cada júri examinará, em cada dia de provas escritas, vinte e quatro alunos, e seis em cada dia de provas orais, sendo este o mínimo de serviço diário com direito a remuneração.

§ 1.º Quando para a conclusão do serviço em cada júri reste apenas um ou dois alunos, estes serão examinados juntamente com os do grupo anterior.

§ 2.º A duração da prova oral para cada aluno deve ser, em regra, de trinta minutos, podendo elevar-se até quarenta e cinco minutos, quando se torne necessário, em favor do examinando, prolongar os interrogatórios.

§ 3.º As duplicações de serviço só poderão ser autorizadas por intermédio da Repartição Pedagógica de Instrução Primária e Normal, e quando se reconheça a sua absoluta necessidade, já pela falta de presidentes, já pela conveniência justificada de abreviar o serviço, sem contudo ser prejudicada a seriedade que devem ter os exames.

§ 4.º Nas duplicações autorizáveis o número de examinandos nas provas orais será de seis em cada sessão, com um intervalo de uma hora.

§ 5.º Aos presidentes dos júris cabe a gratificação de 1\$50 por cada dia de exames, e a de 1\$ aos vogais. Na duplicação de serviço o excedente a seis alunos, nas provas orais, constituirá grupos de seis alunos ou fracção final superior a três, para haver direito à correspondente remuneração.

§ 6.º Aos membros dos júris que não tenham residência oficial, ou como tal considerada, nas localidades onde haja exames, será abonada, nos domingos e dias impedidos, a gratificação correspondente a um dia de serviço, desde que se prove que os professores permaneceram na localidade naqueles dias.

Art. 16.º As propinas ordinária e complementar, com as restrições estabelecidas pelo regulamento de 19 de Setembro de 1902, continuam a ser cobradas pelas Repartições de Finanças, e a sua importância é destinada

ao pagamento das despesas com os exames do 1.º e 2.º grau, que fiquem a cargo do Estado.

§ único. Os alunos das escolas oficiais, filhos de artífices ou trabalhadores, poderão ser dispensados do pagamento da propina desde que, sob declaração de honra do professor da escola oficial, se verifique, a bem do ensino, a necessidade de ser dispensado o seu pagamento, embora os pais ou encarregados da educação dos alunos não sejam absolutamente pobres. Igual dispensa poderá ser concedida a alunos de ensino particular em condições idênticas, atestadas por declaração de honra do professor oficial mais antigo em serviço na respectiva freguesia.

Art. 17.º Os livros de termos dos exames serão arquivados nas secretarias das respectivas inspecções dos círculos escolares, e as certidões de exame passadas em papel selado pelos secretários dos inspectores, ou por estes quando não tenham secretário, sendo a importância dos emolumentos cobrada em selos do Tesouro.

Art. 18.º A Repartição Pedagógica de Instrução Primária e Normal fará imprimir as instruções que julgue necessárias para a boa ordem e regularidade do serviço, as quais serão fornecidas aos inspectores escolares e aos presidentes dos júris de exames.

Art. 19.º Os modelos de fôlhas, pautas e outros impressos para o serviço dos exames serão idênticos aos usados nos anos transactos de regime transitório.

Art.º 20.º Aos inspectores de círculo incumbe organizar os pontos para as provas escritas dos exames do 2.º grau e remetê-los, com a antecedência necessária, aos presidentes dos júris, ficando a cargo do Estado a despesa com o expediente respectivo.

Art. 21.º Os inspectores de círculo, quando ocorra qualquer dificuldade no decurso dos exames, para a substituição urgente dos presidentes dos júris, comunicarão imediatamente o facto à Repartição Pedagógica de Instrução Primária e Normal, para os devidos efeitos.

Art. 22.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 16 de Junho de 1916.—*Bernardino Machado*—*Joaquim Pedro Martins*.